



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo: nº 172346-2/02

Agravante: Banco do Brasil S/A

Agravado: Neuza Barbosa Gonçalves e outro

Relator: Des. Eduardo Sertório

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - RECURSO DE AGRAVO - PLANOS ECONÔMICOS - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - CABIMENTO - OBRIGATORIEDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE EXIBIÇÃO DOS DOCUMENTOS AOS CORRENTISTAS ENQUANTO NÃO PRESCRITO O DIREITO. AGRAVO NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

1. É aplicável a inversão do ônus da prova em relação ao banco agravante, tendo em vista a hipossuficiência dos agravados. Deve o Banco, portanto, apresentar em juízo os extratos bancários requeridos.
2. Não é razoável exigir do correntista a comprovação de titularidade de contas poupanças à época dos Planos Econômicos sob voga. Cabe ao Banco empreender esforços na busca dos extratos perseguidos e provar, se for o caso, a não localização desses em seus dados cadastrais.

ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do recurso de agravo nº 172346-2/02, em que figuram como agravante o BANCO DO BRASIL S/A e como agravados NEUZA BARBOSA GONÇALVES E OUTRO, **ACORDAM** os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco que compõem a 3ª. Câmara Cível, unanimemente, em negar provimento ao recurso, na conformidade do relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife, 17/10/01

f. 985 Cmk

EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador Relator

*Sua
- R -*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo: nº 172346-2/02

Agravante: Banco do Brasil S/A

Agravado: Neuza Barbosa Gonçalves e outro

Relator: Des. Eduardo Sertório

RELATÓRIO

Cuido de recurso de agravo (fls. 02/07 dos autos do Recurso de agravo) interposto pelo BANCO DO BRASIL S/A contra decisão terminativa (fls. 199/213 dos autos da apelação cível) prolatada nos autos da apelação cível apensada, que negou seguimento ao recurso, mantendo a decisão do Juízo Monocrático.

Em suas razões, o Banco alega que os autores, ora agravados, não trouxeram aos autos qualquer documento comprobatório da relação jurídica alegada. Seguindo esse raciocínio, insurge-se, em suma, quanto à inversão automática do ônus da prova, entendendo caber à parte autora demonstrar a existência de relação jurídica entre ela e o Banco.

Apresento o recurso de agravo para julgamento pelo colegiado, uma vez não exercido o juízo de retratação (CPC, art. 557, § 1º).

É o Relatório.

Recife, 17/12/07

ve *Eduardo Sertório*

EDUARDO SERTÓRIO

Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo: nº 172346-2/02

Agravante: Banco do Brasil S/A

Agravado: Neuza Barbosa Gonçalves e outro

Relator: Des. Eduardo Sertório

VOTO

Através do presente recurso o Banco visa afastar a condenação imposta pelo magistrado *a quo* e confirmada pela decisão monocrática agravada, a fim de não ser responsabilizado pela apresentação dos extratos de caderneta de poupança de Maria Celeste e outros, ora agravados.

Para o Banco, o Tribunal de Justiça não pode afastar a necessidade de um indício de prova material da relação jurídica alegada na petição inicial. Em seguida afirma só haver no presente caso "*uma mera alegação do autor recorrido da existência dessa relação jurídica*".

A bem da verdade, tal questão já havia sido levantada pelo Banco em seu recurso apelatório e já foi apreciada pela decisão monocrática conforme se denota do trecho da decisão abaixo transcrito:

Inicialmente o banco alega falta de interesse processual sustentando que a ação de exibição de documentos é própria do rito cautelar; e ainda pelo fato de não haver comprovação da existência de contas ativas. Sustenta, ainda, a existência de litispendência.

Não merece irrisignação do Banco, conforme restará demonstrado.

Ora, a sistemática processual permite ao juiz ordenar a exibição de documentos por quem detenha posse deles, conforme consta no artigo 355 do Código de Processo Civil. Desnecessária a propositura de ação autônoma de exibição de documentos para esse fim, pois é plenamente viável o pedido incidental, conforme requerido no instrumento apelatório.

Nesse sentido, oportuno transcrever trecho do comentário de Theotonio Negrão e José Roberto F. Gouvêa¹ ao citado artigo 355.

O CPC contempla três espécies pelas quais se pode requerer a exibição de documentos ou coisa em juízo:

- pedida, incidentalmente, por uma das partes do processo para que a outra faça a exibição (arts. 355 a 359);
- havendo lide pendente, pedida através de ação própria movida por uma das partes do processo em face de terceiro (arts. 360 a 362) e
- inexistindo lide pendente, por meio de ação cautelar, preparatória ou incidental (arts. 844 e 845)

Esse, aliás, é o entendimento que vem sendo adotado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco. Senão vejamos:

¹ NEGRÃO, Theotonio e GOUVÊA, José Roberto Ferreira. Código de Processo Civil e Legislação em Vigor. 39 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA CUMULADA COM EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CADERNETA DE POUPANÇA. PLANO BRESSER E VERÃO. POSSIBILIDADE. MULTA DIÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE À UNANIMIDADE. 1. Os extratos bancários solicitados pelo Autor/Agravado referentes aos planos Bresser e Verão constituem documentos essenciais ao deslinde da demanda, inexistindo qualquer causa que impossibilite a cumulação de pedidos, obrigando a parte a ingressar com ação autônoma para ter acesso aos dados bancários.

(...)

(Agravado de Instrumento nº 162090-2, Relator: Des. Bartolomeu Bueno, 3ª Câmara Cível, julgado em 12/6/2008)

No mesmo sentido se posiciona o STJ:

RECURSO ESPECIAL Nº 996.272 - DF (2007/0241462-3) RELATOR : MINISTRO MASSAMI UYEDA RECORRENTE : ANTONIO MARQUES ADVOGADO : ANTÔNIO PADUA PINTO NETO E OUTRO(S) RECORRIDO : BANCO DO BRASIL S/A ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS RECURSO ESPECIAL - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - OMISSÃO - NÃO OCORRÊNCIA - AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO DE CONTA-CORRENTE - DETERMINAÇÃO JUDICIAL DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - POSSIBILIDADE, NO PRÓPRIO PROCESSO DE CONHECIMENTO - DEVER DE INFORMAÇÃO - PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA - PRECEDENTES - RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO Cuida-se de recurso especial interposto por ANTONIO MARQUES (art.

(...) a jurisprudência desta Corte, que já se manifestou no sentido de que pode o Juízo determinar a exibição de documentos no próprio processo de conhecimento, sem a obrigatoriedade de ajuizamento de ação cautelar para tal desiderato. Oportuno deixar assente que tal conclusão pauta-se na premissa de que o dever de informação e, por conseguinte, o de exibir a documentação que a contenha, é obrigação decorrente de lei, de integração contratual compulsória, não podendo ser objeto de recusa nem de condicionantes, face ao princípio da boa-fé objetiva.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2008 MINISTRO MASSAMI UYEDA Relator (Ministro MASSAMI UYEDA, 08/10/2008)

Plenamente viável, portanto, o deferimento do pedido incidental de exibição de documentos.

Ademais, a jurisprudência do STJ já firmou entendimento no sentido de que nas lides sobre expurgos inflacionários decorrentes de plano econômico não é essencial a juntada dos extratos bancários, tendo em vista a possibilidade desses documentos serem apresentados em momento posterior.

Como cediço, nos casos envolvendo expurgos inflacionários incide a inversão do ônus probatório cabendo às instituições financeiras provar a não localização dos extratos. Nesse sentido o seguinte julgado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CADERNETA DE POUPANÇA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DE MULTA. DESCABIMENTO. 1. Inversão do ônus da prova. Induvidosa é a incidência das normas inseridas no Código de Defesa do Consumidor em Ação de Cobrança de valores oriundos de depósitos efetivados em cadernetas de poupança, uma vez constatada a hipossuficiência do contratante. Aplicação do princípio da inversão da prova, incidente nas demandas promovidas pelo consumidor (art. 6º, inc. VIII, CDC). **Cabe ao Banco, no caso concreto, a prova de que empreendeu esforços na busca dos documentos, não obtendo êxito em encontrá-los** Omissis (Agravado de Instrumento Nº 70021636840, Segunda Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Agathe Elsa Schmidt da Silva, Julgado em 04/10/2007).

Com efeito, não é razoável exigir do correntista a comprovação de titularidade de contas poupanças à época dos Planos Econômicos sob voça, dada sua hipossuficiência em relação às instituições financeiras.

Cabe ao Banco, portanto, provar a não localização dos extratos perseguidos em seus dados cadastrais.

Esse, aliás, é o posicionamento Desta 3ª Câmara Cível. Senão vejamos:

DIREITO DO CONSUMIDOR - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA - EXIBIÇÃO DE EXTRATOS DE CONTA-POUPANÇA - OBRIGAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - INTELIGÊNCIA DO ART. 6º, INCISO VIII, DO CDC - OS EXTRATOS BANCÁRIOS DE CONTA-POUPANÇA, CONSTITUEM-SE EM DOCUMENTOS COMUNS ÀS PARTES, SENDO, PORTANTO, CABÍVEL A PRETENSÃO PARA QUE O BANCO EXIBA OS EXTRATOS BANCÁRIOS RELATIVOS AO PERÍODO DO PLANO BRESSER, POIS CUIDAM INEQUIVOCAMENTE DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS AO JULGAMENTO DA DEMANDA, NÃO PODENDO A PARTE AUTORA, ORA AGRAVADA, SER INIBIDA DE BUSCAR EVENTUAL REPARAÇÃO QUE ENTENDE DE DIREITO POR ATITUDE DE MANIFESTA RECALCITRÂNCIA DO BANCO, PARA NÃO DIZER TENTATIVA DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO - À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO (Agravado de Instrumento 163364-1, 3ª Câmara Cível, Relator : Des Sílvia de Arruda Beltrão, julgado em 31/07/2008).

E, mais,

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA CUMULADA COM EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CADERNETA DE POUPANÇA. PLANO BRESSER E VERÃO. POSSIBILIDADE. MULTA DIÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE À UNANIMIDADE. 1. Os extratos bancários solicitados pelo Autor/Agravado referentes aos planos Bresser e Verão constituem documentos essenciais ao deslinde da demanda, inexistindo qualquer causa que impossibilite a cumulação de pedidos, obrigando a parte a ingressar com ação autônoma para ter acesso aos dados bancários. 2. Cuidando-se de documentos comuns às partes, o banco Demandado tem o dever de exibir os extratos reclamados, não podendo privar a parte de buscar eventual reparação que julgar de direito. 3. Tratando-se de contrato bancário, incide as regras do Código de Defesa do Consumidor, na qual determina a inversão do ônus da prova em favor do consumidor, nos termos do artigo 6º, inciso VIII. [...]. À unanimidade de votos, deu-se provimento parcial ao Agravo de Instrumento, excluindo-se a aplicação de multa fixada pelo Juiz a quo. (Agravado de Instrumento nº 162090, 3ª Câmara Cível - Relator : Des Bartolomeu Bueno, julgado em 12/06/2008).

Por serem bastante esclarecedores, imprescindível, ainda, trazer à baila os argumentos utilizados pelo Desembargador Bartolomeu Bueno no julgado acima transcrito:

"Nas ações dessa natureza, não se pode exigir do cliente que comprove no momento do ajuizamento da ação, ter sido poupador a época dos planos econômicos, sob dois aspectos, a um pelo tempo transcorrido e, a dois, pelo fato de os documentos comprobatórios da relação jurídica de direito material, sabiamente, são administrados pelo banco Réu/Agravante, ficando em seu poder, devendo o Juiz a quo aplicar ao caso os artigos 355 e 356 do Código de Processo Civil."

Perfilhando essa mesma linha de raciocínio, inclusive, já se pronunciou o STJ: 7

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INTERESSE DE AGIR. EXISTÊNCIA. DEVER DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA.

1. Na linha do entendimento firmado nesta Corte, tem interesse de agir o correntista que maneja cautelar de exibição de documentos com vistas ao ajuizamento de ação de cobrança.

2. É dever da instituição bancária a exibição de documentos que guardam relação com os negócios firmados com seus clientes quando instado a fazê-lo.

3. Agravo regimental desprovido.

(EDcl no Ag 829.662/GO, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 18/09/2007, DJ 01/10/2007 p. 283)

De fato, como se tratam de documentos comuns às partes, é dever do Banco empreender esforços na busca dos extratos reclamados, e, se for o caso, comprovar que não obteve sucesso na pesquisa. Afinal, as instituições financeiras detêm alto grau de informatização e, por consequência muito mais condições de provar, se for o caso, a não localização dos extratos.

É evidente, portanto, a incidência da inversão do ônus da prova no caso em tela, cabendo ao Banco a exibição dos extratos de caderneta de poupança relativos aos Planos Econômicos em questão.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao presente recurso, mantendo a decisão monocrática pelos seus próprios termos.

É o voto.

Recife, 17/12/05

Ed. Sertório

EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador Relator